



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 432803/2019			
PA COPAM Nº: 31229/2016/001/2019		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento	
EMPREENDEDOR:	FÁBIO LOURENÇO DA SILVA	CNPJ:	393.452.206-82
EMPREENDIMENTO:	FÁBIO LOURENÇO DA SILVA (DNPM 831.499/2016)	CNPJ:	393.452.206-82
MUNICÍPIO:	ARAGUARI- MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-10-0	LAVRA EM ALUVIÃO, EXCETO AREIA E CASCALHO	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
José Henrique de Deus Ferreira		CREA – 48256/D- ART nº 14201800000005187288	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Juliana Gonçalves Santos Gestora Ambiental		1.375.986-5	 Juliana Gonçalves Santos Gestor Ambiental MASP: 1.375.986-5 SUPRAM TMAP
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.191.774-7	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 432803/2019

O requerente FÁBIO LOURENÇO DA SILVA atua no ramo de mineração e requer licença para exploração de diamante. Em 17 de maio de 2019, foi formalizado, na Supram TMAP, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 31229/2016/001/2019, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é a "Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho", com produção bruta de 12.000 m³/ano.

A propriedade está localizada no município de Araguari/MG e possui um total de 151,21 ha. Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibo número MG-3103504-5AC1.5916.E835.4171.8B88.263C.56D9.B70F. Foi informado que a propriedade possui 31,79 há destinada a reserva legal. Foi apresentada anuência da proprietária para extração de cascalho diamantífero em área de servidão.

Segundo estudos apresentados, a lavra ocorrerá em um cava antiga de exploração de argila onde o material será retirado por meio de retroescavadeira, sendo o transporte realizado por meio de caminhão caçamba e o beneficiamento realizado por meio de classificação do concentrado em jigue e peneiramento. O sistema de jigue utiliza água para a classificação do material, que segundo informado, retorna ao curso d'água. A água utilizada para o beneficiamento será proveniente de uma captação em nascente de volume insignificante conforme certidão de cadastro de nº 111021/2019.

Verificou-se que a unidade de tratamento de minerais não foi contemplada no Formulário de Caracterização do Empreendimento e no referido processo de licenciamento, atividade de código A-05-02-0 "Unidade de TRATAMENTO DE MINERAIS –UTM, com tratamento à úmido", na qual a classe mínima segundo DN 217/2017 é 4, não sendo passível de Licença Ambiental Simplificada.

Verificou-se ainda a ausência de outorga para "Intervenção em lençol freático aluvionar para fins de extração mineral", código 26, segundo Manual de Outorga de Minas Gerais. Foi informado apenas que a água aflorada seria drenada de uma cava aluvionar para outra, de acordo com o avanço de lavra.

Em relação aos efluentes e resíduos gerados no empreendimento, não foi informado qual a forma de tratamento de efluentes sanitários, também não foi informada a destinação dos resíduos sólidos gerados. Não foi apresentado também mapa da propriedade com local das instalações do empreendimento.

Desta forma, sugere-se o **indeferimento** da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "FÁBIO LOURENÇO DA SILVA (DNPM 831.499/2016)" para a atividade de "Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho."

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local sendo, portanto, o empreendedor e/ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.